

COLEÇÃO
CONSTITUCIONALISMO
BRASILEIRO

WALDEMAR
MARTINS
FERREIRA

Apresentação
MICHEL
TEMER

HISTÓRIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

2^a
edição

idp



PROGRAMA

CAPÍTULO I

A FEDERAÇÃO DAS COLÔNIAS BRITÂNICAS NA AMÉRICA E O SURTO DO PRESIDENCIALISMO.

1. Os descobrimentos e a posse das conquistas	12
2. As primeiras providências para a colonização das descobertas britânicas	20
3. A carta do Mayflower e as primeiras linhas do <i>self-government</i>	20
4. A exaustão financeira da Inglaterra e seu reflexo nas colônias da América	23
5. A declaração da independência dos Estados Unidos da América	24
6. A federação das colônias e o governo presidencial	24
7. A figura do Presidente dos Estados Unidos da América ...	25
8. A simplicidade do organismo constitucional norte-americano.	28
9. O processo federativo das colônias	29
10. Os poderes privativos do Congresso dos Estados Unidos ..	31
11. A competência e os poderes dos Estados	32
12. A separação dos poderes e a forma democrática do governo dos Estados Unidos	33
13. Os poderes constitucionais do Presidente dos Estados Unidos.	35
14. A originalidade do sistema político norte-americano	36

CAPÍTULO II

O TRANSPLANTIO DA CÔRTE PORTUGUESA PARA O BRASIL E A EREÇÃO DA COLÔNIA EM REINO.

15. O influxo da independência dos Estados Unidos no espírito nativista dos brasileiros	37
16. A invasão de Portugal pelo exército napoleônico e a vinda da Côrte Portuguesa para o Brasil	38
17. O governo metropolitano do Brasil e a elevação da colônia a Reino	40
18. O retôrno da Côrte Portuguesa a Lisboa	41

CAPÍTULO III

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL

19. Os pródromos da independência do Brasil	43
20. O Império do Brasil	43

21. O Estado unitário na monarquia constitucional e representativa	44
22. O exercício pelo Imperador do poder moderador e do poder executivo	46
23. A natureza do regime político instituído pela Constituição	47
24. A abdicação de D. Pedro I, a menoridade de D. Pedro II e as tentativas de reforma da Constituição	52
25. O Ato Adicional	53
26. A criação do cargo de Presidente do Conselho e o governo de Gabinete	56
27. A exacerbação do poder moderador e o declínio do Império	59

CAPÍTULO IV

A CAMPANHA FEDERALISTA E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.

28. A descentralização no programa do partido liberal-radical	61
29. O desfraldamento da bandeira federalista pelo partido republicano	62
30. A campanha federalista e a instituição do presidencialismo	66

CAPÍTULO V

A CONFIGURAÇÃO FEDERAL DA NAÇÃO.

31. Os caminhos do federalismo brasileiro	70
32. A competência da União	72
33. O organismo político e administrativo dos Estados	74
34. A autonomia dos Municípios	75
35. O Distrito Federal e os Territórios	80
36. Os círculos concêntricos de competência do federalismo	80
37. A investidura dos poderes e o regime representativo.....	81

CAPÍTULO VI

O PRESIDENCIALISMO NO BRASIL.

38. O presidencialismo como efeito de parada do regime parlamentar	82
39. O implante da fórmula norte-americana e suas variantes	84
40. A representação do povo e dos Estados no Congresso Nacional	86
41. A harmonia e independência dos órgãos da soberania nacional	87
42. O comparecimento dos ministros às sessões do Congresso Nacional	90
43. A coordenação dos poderes na Constituição de 1934	92

CAPÍTULO VII

A DEFORMAÇÃO DEMOCRÁTICA PELA CARTA DE 1937.

44. A expressão popular nos textos constitucionais e as cartas outorgadas	100
45. A outorga pelos príncipes de cartas constitucionais	101
46. A ereção do presidente da República em chefe supremo do Estado	102
47. O bi-cameralismo do Parlamento Nacional	104
48. A faculdade dissolutiva da Câmara dos Deputados pelo presidente da República	105
49. O tecnicismo administrativo e o Conselho de Economia Nacional	106
50. A irrealização do organismo político plasmado na carta de 1937	108

SECÇÃO I

O anti-judiciário do regime.

51. A inapreciação judiciária dos atos do governo	112
52. A declaração judicial da inconstitucionalidade das leis	112

SECÇÃO II

A justiça especial para o processo e julgamento dos crimes políticos.

53. As condições de exercício do direito de manifestar o pensamento	114
54. O tribunal especial para o processo e julgamento dos crimes contra a defesa do Estado	115
55. O fechamento de grande órgão do jornalismo brasileiro ...	120
56. O resultado do inquérito e a denúncia	126
57. O simulacro de conspiração e seu objetivo	128
58. A nulidade do processo e da sentença condenatória	141
59. A ausência dos acusados por banidos do país	144
60. A falta de citação dos acusados e o prosseguimento do processo	146
61. A possibilidade da citação dos acusados, não soltos, nem presos	147
62. A necessidade da citação de acusado de paradeiro conhecido	148
63. A injustiça e inexecutabilidade da sentença condenatória ...	151
64. A missão punitiva dos tribunais políticos	152
65. A transitoriedade dos regimes totalitários	153
66. O ambiente social e as causas ocasionais do crime	154
67. A impunidade pelos atos posteriormente havidos por lei como não criminosos	156
68. A inaplicabilidade das leis excepcionais	159
69. A eficácia das leis outorgadas por ditadores	160

70. A impotência da lei ditatorial na detença da campanha democrática	161
71. A revogação da lei penal e seus efeitos sobre a sentença condenatória	162
72. A autoridade da lei pelo assentimento geral dos cidadãos	163
73. A cabida do recurso para a suspensão da coação ilegal	164

CAPÍTULO VIII

A RESTAURAÇÃO DEMOCRÁTICA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1946.

74. O desmoronamento do regime ditatorial implantado em 1937	165
75. A convocação da Assembléia Nacional Constituinte	166
76. O entrelhecho das correntes partidárias nos labores constitucionais	167
77. A dogmática das Constituições rígidas e a superlegalidade de seus textos	169
78. A declaração dos direitos individuais e dos direitos sociais	170
79. O amparo à produção e a proteção do trabalhador	172
80. A ordem econômica e social	174
81. O reconhecimento constitucional do direito de greve	175
82. A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.	176
83. A associação de empregados e empregadores	177
84. O repouso semanal remunerado	179
85. A convenção coletiva do trabalho e a solução judiciária dos dissídios entre empregados e empregadores	179
86. A dignificação do trabalho pelas Constituições e pelas Encíclicas	182
87. A interferência do Estado na ordem econômica	184
88. As restrições ao direito de propriedade	186
89. A repressão por lei ordinária de qualquer forma de poderio econômico	190
90. Os crimes contra a economia popular, sua guarda e emprêgo.	191
91. A contenção pela lei dos trustes e cartéis	193
92. A exploração industrial das minas e demais riquezas do subsolo	199
93. A isonomia de brasileiros e estrangeiros residentes no país e a política imigratória	201
94. O ciclo da economia liberal e da economia dirigida	201
95. O alargamento da atividade social e seu extravasamento ..	203
96. A política do arbitramento nos conflitos internacionais	204

SECÇÃO I

O poder executivo.

97. O chefe eletivo da Nação	206
98. As atribuições políticas e governamentais do poder executivo	208
99. A iniciativa governamental das leis	213

100.	Os ministros de Estado em face do regime	217
101.	A descentralização, por cissiparidade, dos serviços públicos	220
102.	O regime financeiro das autarquias e o seu controle pelo Tribunal de Contas	225
103.	O poderio econômico do poder executivo	236

SECÇÃO II

O poder legislativo.

104.	O sistema bi-cameral do Congresso Nacional	240
105.	As condições de elegibilidade, investidura, perda e cassação do mandato legislativo	246
106.	Os partidos políticos nacionais na eleição e funcionamento das câmaras legislativas	254
107.	As atribuições do Congresso Nacional	279
108.	As atribuições privativas do Senado Federal	280
109.	As comissões especiais de inquérito	285

SECÇÃO III

O poder judiciário.

110.	O organismo judiciário nacional	323
111.	As garantias constitucionais dos membros do poder judiciário	325
112.	A linha termeira da atividade dos juizes	326
113.	O poder judiciário entre os poderes políticos da Nação	326

§ 1.º

A JUSTIÇA DOS ESTADOS

114.	O federalismo e a dualidade de justiça	327
115.	A unificação da justiça de primeira instância e a competência legislativa dos Estados	328
116.	O organismo judiciário dos Estados	330
117.	A variedade de composição numérica e divisional dos Tribunais de Justiça	331
118.	Os casos de recursos para os tribunais federais	333
119.	O recurso extraordinário das decisões da justiça estadual em única ou em última instância	334
120.	A pluralidade dos tribunais estaduais e a uniformização da jurisprudência	335

§ 2.º

A JUSTIÇA DO TRABALHO

121.	Os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores e a Justiça do Trabalho	336
------	--	-----

18 HISTÓRIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

122.	Os órgãos da Justiça do Trabalho	336
123.	Os postulados constitucionais da legislação do trabalho e da previdência social	337
124.	A organização paritária dos tribunais trabalhistas	338
125.	O recurso extraordinário das decisões da Justiça do Trabalho	339

§ 3.º

A JUSTIÇA ELEITORAL

126.	A organização da justiça eleitoral e a matéria de sua competência	340
127.	Os órgãos da justiça eleitoral	341
128.	A matéria da privativa competência do Tribunal Tribunal Eleitoral	342
129.	Os recursos ordinário e extraordinário das decisões dos tribunais eleitorais	344

§ 4.º

A JUSTIÇA MILITAR

130.	O processo e julgamento por justiça especial dos crimes militares	344
131.	Os órgãos da justiça militar	345
132.	A organização dos Conselhos de Justiça	346
133.	A composição e o âmbito jurisdicional do Superior Tribunal Militar	346

§ 5.º

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

134.	A criação de tribunal especial para desafogamento do Supremo Tribunal Federal	347
135.	A segunda instância para as causas do interesse da União	347
136.	A estrutura do Tribunal Federal de Recursos e sua competência jurisdicional	348

§ 6.º

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

137.	A composição do Supremo Tribunal Federal	349
138.	A competência originária do Supremo Tribunal Federal	349
139.	O papel jurisdicional e político do mais alto tribunal do país	350